

Distopias ressignificadas: uma leitura comparativa entre "Kallocaina", de Karin Boye, e "1984", de George Orwell

Resigned dystopias: a comparative reading between Karin Boye's "Kallocain" and George Orwell's "1984"

Mônica Stefani

Universidade Federal de Santa Maria

Amanda da Silva Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: Este artigo apresenta uma comparação de leituras de dois romances do gênero distopia/ficção científica, publicados na década de 1940: *Kallocaina*, de Karin Boye, e *1984*, de George Orwell, os quais apresentam personagens descrevendo suas reações e experiências em cenários totalitários. Com base no referencial teórico oferecido pelos trabalhos de Ricoeur (2007), Barthes (2013) e Chauvin (2024), desenvolvemos esta leitura seguindo o mote central nas duas narrativas: o papel da memória.

Palavras-chave: Distopia; Memória; Escrita

Abstract: This paper presents a comparison of readings of two novels belonging to the genre dystopia/science fiction, published in the 1940s: Karin Boye's *Kallocain*, and George Orwell's *1984*, which present characters describing their reactions and experiences in totalitarian scenarios. Based on the theoretical frame offered by the works by Ricoeur (2007), Barthes (2013) and Chauvin (2024), we develop this reading following the central motto in both narratives: the role of memory.

Keywords: Dystopia; Memory; Writing

Introdução

Uma das ideias desenvolvidas por Roland Barthes em sua aula inaugural de Semiologia Literária, no Collège de France, em 1977, corresponde ao caráter *utópico* da literatura. Ao falar da força de representação da literatura, Barthes salienta a paradoxal "realidade" da literatura, "na medida em que ela sempre tem o real por objeto de desejo" (Barthes, 2013, p. 22), ao mesmo tempo em "que ela é também obstinadamente: irrealista; ela acredita sensato o desejo do impossível"

(Barthes, 2013, p. 22). Na realidade do registro discursivo, a literatura é uma forma de construir mundos impossivelmente reais, alegóricos, porque são representacionais de uma sociedade - real e, por vezes, alegórica também.

Ao falar de distopias, que são as representações de realidades imaginárias em contextos totalitários e, por vezes, aterrorizantes, a paradoxalidade de Barthes parece encontrar terreno profícuo: as narrativas que tratam de uma sociedade que não existe *ipsis litteris*, mas que poderia existir - e existe, sob certos enfoques, em variados contextos históricos - traz o peso da referencialidade escrita e literária: não é, mas poderia ser - e isso é igualmente assustador. Nesse sentido, as distopias configuram-se como memórias do que poderia ter sido, e a construção das narrativas evidenciam memórias “construídas”. Mas quais memórias não são? Para Ricoeur, “a memória, reduzida à rememoração, opera na esteira da imaginação” (Ricoeur, 2007, p. 25).

Ainda com Ricoeur, entendemos que a própria memória também se coloca nessa paradoxal utopia, pois “se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos nos lembrar” (Ricoeur, 2007, p. 40). Por outro lado, “ninguém pensaria em dirigir semelhante censura à imaginação, na medida em que esta tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível” (Ricoeur, 2007, p. 40). Para o autor, “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (Ricoeur, 2007, p. 40), e é justamente o testemunho aquilo que “constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (Ricoeur, 2007, p. 41). De certa maneira, as narrativas distópicas narram as tensões que poderiam existir - em maior ou menor medida, afinal, é ficção - nos contextos históricos de seus próprios autores.

Jean Pierre Chauvin, no texto “Notas sobre a distopia literária moderna”, destaca o léxico “peculiar” dessas narrativas, ao sempre contemplar algumas temáticas, por meio das palavras-chave “restrição”, “entorpecimento” e “linguagem”. Ou seja, a centralidade dessas ficções é o ser humano, mesmo que a crítica seja muitas vezes sobre a tecnologia/inteligência artificial num contexto automatizado:

ainda que o enredo conceda espaço relevante para a arquitetura monumental, incluindo máquinas, parafernálias ultramodernas e robôs, a força-motriz que embala a narrativa distópica consiste em descrever condições arbitrárias e indignas que limitam e apeque-nam as personagens (Chauvin, 2024, p. 33).

Para nossos estudos, as narrativas que consideramos é **Kallocalína**, de Karin Boye, e **1984**, de George Orwell, sob dois enfoques principais: a memória do que foi, revista no discurso escrito de um “testemunho”, e a memória do que poderia ter sido, no discurso narrativo em terceira pessoa. O objetivo central é evidenciar como textos dos anos 1940 ainda produzem sentidos em nossa

contemporaneidade, sob o enfoque de regimes totalitários e estados de exceção, destacando os temas da esperança e do desespero. Para tal, o artigo se organiza a partir dessa introdução, em que se apresenta nosso breve percurso teórico-crítico; um capítulo sobre “Kallocaína”, e a memória do que foi; um capítulo sobre “1984”, e a memória do que poderia ter sido; e as considerações finais/conclusão, onde se destaca a importância das distopias como representações do mundo caótico, que é o contemporâneo.

Kallocaína: a memória do que foi

Kallocaína é uma obra de ficção científica de autoria da sueca Karin Boye, originalmente publicada em 1940. Boye é um referente do modernismo sueco e também se destacou com sua poesia. A referência em língua portuguesa que será o *corpus* deste trabalho é **Kallocaína**, que foi traduzida por Janer Cristaldo em 1974, e recuperada para a recente publicação no Brasil em 2024, pela editora Aleph, num projeto editorial que consagra grandes expoentes da literatura de ficção científica. Nesta versão, um selo *QR CODE* na contracapa do livro direciona o leitor para uma experiência chamada “órbita” do livro: o link de acesso do código QR oferece uma página da editora, nomeada “Pensando novos futuros”, onde há vários textos sobre a autora, o livro e o contexto da obra.

No referido site da editora, o leitor encontra que

Kallocaína é uma das grandes distopias do século 20. Mas, apesar de sua relevância e até da nomeação ao prêmio Hugo de melhor romance, é uma obra muito esquecida ao enumerarmos os títulos desse subgênero tão popular da ficção científica. É ainda mais surpreendente quando descobrimos que alguns estudiosos e especialistas acreditam que ela possa ter sido uma das inspirações para George Orwell ao escrever 1984, considerado o maior expoente das distopias. (Disponível em: <https://orbita.editoraaleph.com.br/kallocaina/#>, acesso em 05. ago. 2024).

A experiência que a página proporciona ao leitor contribui para a chegada da leitura da obra. O papel desse paratexto é importante para dar credibilidade ao leitor brasileiro, não pela perspectiva de uma obra escrita por uma mulher, mas pelo contexto da literatura sueca, que não é tão popularizada em nosso país. O fato de ser uma obra “esquecida”, ao passo que também é considerada como uma “inspiração” ao clássico de George Orwell, já prescreve uma notável relação de interesse e engajamento de recepção. Ainda, no referencial da editora, a experiência vivida pela autora evidencia a potencialidade do texto no construto das distopias:

Na década de 1930, viajou pela Europa e assistiu de perto à maquinaria de dois dos maiores Estados totalitários do período: a Alemanha nazista, de Hitler, e a União Soviética, de Stalin. Essas experiências foram a origem de Kallocaína, sua última obra a ser publicada. (Disponível em: <https://orbita.editoraaleph.com.br/kallocaina/#>, acesso em 05. ago. 2024).

Karin Boye cometeu suicídio um ano após o lançamento do livro, em 1941, mas “em um meio dominado por homens e pela heteronormatividade, sua própria existência foi uma forma de resistência” (Disponível em: <https://orbita.editoraaleph.com.br/kallocaina/#>, acesso em 05. ago. 2024). A obra sinaliza, na narrativa em primeira pessoa em tom de diário, a mensagem de liberdade em um mundo hostil, em que a automação tecnológica oprime, ao invés de facilitar a vida dos seres humanos, com a representação de um mundo em que, contemporaneamente, vivemos, lutamos e refletimos. Nesse sentido, nossa análise literária se concentra em entender como a memória do que foi representa uma possibilidade de transgressão do gênero ficção científica, pois há certa “esperança” num mundo melhor. Já nas primeiras linhas, o narrador-protagonista Leo Kall anuncia ao leitor a sua intencionalidade em relação à escrita do seu livro:

Este livro que me proponho a escrever parecerá sem sentido para muitos - se ao menos ousar pensar que “muitos” poderão lê-lo -, pois o iniciei espontaneamente, sem ordens de ninguém e, no entanto, nem eu mesmo sei qual é o meu objetivo. Quero e preciso, isso é tudo. Pouco a pouco, inexoravelmente, acabamos nos perguntando pelo objetivo método do que fazemos e dizemos, para que palavra nenhuma caia ao azar - mas o autor desse livro foi forçado a tomar o caminho oposto, em direção ao inútil. Pois apesar de meus anos aqui como prisioneiro e químico - mais de vinte, penso - terem sido suficientemente cheios de trabalho e pressa, algo me disse que isso não era o suficiente e me conduziu a vislumbrar um outro trabalho dentro de mim, que eu pessoalmente não tinha possibilidade de descobrir, embora tivesse profunda e dolorosamente interessado nele. Esse trabalho estará concluído quando eu tiver escrito meu livro. Percebo também quão absurdos parecem meus escritos aos pensadores racionais e práticos. Mesmo assim escrevo. (Boye, 2024, p. 07).

A necessidade da escrita, quando manifestada em “quero e preciso, isso é tudo” (p. 07), destaca a produção do registro como algo íntimo e importante, apesar de poder ser “sem sentido para muitos” (p. 07). Também temos a informação de que já se passa um período de tempo (20 anos) relativamente longo em que o protagonista se encontra numa situação limitante (prisioneiro) e exercendo uma função laboral (químico); ainda que ambas pareçam ocupar todo o tempo e a condição do produtor da narrativa, a escrita parece também ser uma maneira de tornar “útil” sua atuação, quase como uma busca por uma realização pessoal, apesar do contexto de tensão vivido por todos os anos de cárcere. Destaca-se, também, a preocupação com a importância científica do manuscrito, uma vez que há uma clara preocupação com os objetivos e os métodos de escrita, ao que também confere um caráter “racional” à produção, ainda que possa parecer “absurdos” a quem os lê. Em suma, o escritor do livro parece ser movido por uma inevitável indispensabilidade.

Ao longo da narrativa, essa intencionalidade de registro escrito do narrador vai tomando forma. Apesar de prisioneiro, com recursos mais escassos dos que ele tinha antes, como comida e certo conforto, e a presença da família, que há muito não sabe sobre “seus destinos” (Boye, 2024, p. 08), o homem sente que possui mais liberdade ali que antes, e trata o ofício de escrever

como a “única alegria” (Boye, 2024, p. 08) de sua condição, como o último trabalho que deseja se dedicar: “mas, junto com a tranquilidade, crescia também em mim este estranho trabalho com o passado, e não posso aspirar a nenhuma calma antes de ter escrito as memórias de um período movimentado em minha vida” (Boye, 2024, p. 08).

Essa memória dará origem ao registro escrito de um testemunho que busca ser um artefato do não esquecimento. Para o protagonista Leo Kall, sua vida parece ser normal, dentro dos padrões limitantes da realidade de todos, concentrado na vida militar, nos estudos químicos e na família, que era composta pela mulher e três filhos. Sua pesquisa pôde proporcionar a ele a possibilidade de se destacar, com a descoberta da Kallocaína. A droga era um interessante recurso que poderia ser utilizado na realização dos interrogatórios pela polícia, pois consistia de uma dose que, aplicada no indivíduo, poderia fazer com que o mesmo confessasse qualquer coisa:

[...] Nem nossos mais íntimos pensamentos são mais nossos, como até agora pensávamos, erroneamente.
- Erroneamente?
- Isso, erroneamente. Dos pensamentos e sentimentos nascem as palavras e ações. Como poderiam então os pensamentos e sentimentos serem algo privado? O cidadão-soldado não pertence totalmente ao Estado? A que pertenceriam então seus pensamentos e sentimentos senão ao Estado? Até hoje não foi possível controlar isso, mas agora o meio foi encontrado (Boye, 2024, p. 18).

A ansiedade de Leo é que sua descoberta entraria em testes com seres humanos a partir de então, apenas com o ônus de que seu chefe de controle seria Edo Rissen, antigo colega de trabalho de Linda, sua esposa, cuja desconfiança sobre algo ter acontecido entre ambos o químico nutria obstinadamente: “tudo era possível, inclusive o pior: de que era a ele que ela continuava amando, e não a mim” (Boye, 2024, p. 14).

A narrativa descreve as várias experiências da droga com as cobaias que se apresentam para o estudo: algumas apenas demonstram medo, outras denunciam esposas e/ou maridos, com o temor e a desconfiança de que esses sejam subversivos - apesar da experiência ter sido levada a isso, já que o método dos testes também consistia em criar falsas situações entre um dos membros do casal. No entanto, algumas dessas cobaias começam a falar sobre algo que pode revelar, no primeiro momento, um movimento subversivo, apesar de não saberem citar detalhes importantes como nome, líderes, o que pretendem, entre outras informações que seriam fundamentais a quem busca por uma organização secreta que possa ameaçar o Estado.

Em um dos depoimentos, uma dessas cobaias, um jovem, conta:

Eles não discutiam coisa alguma. Eles se sentavam e falavam sobre tudo, ou simplesmente se calavam. Calavam-se de uma forma tal que me deixava com o coração apertado. E, além disso, a forma como se cumprimentavam! Apertavam-se as mãos, Inacreditável! Algo necessariamente anti-higiênico e, além disso, tão íntimo que dá vergonha. Tocar

no corpo de um outro, intencionalmente! Eles afirmavam se tratar de uma antiquíssima saudação que haviam retomado, mas ninguém precisava fazer aquilo, caso não quisesse. Ninguém era obrigado a nada. Mas no início eu sentia medo deles. Nada é tão horrível como se sentar e ficar calado. Parece que todos ali penetram a gente. Como se estivesse nu, ou pior ainda: espiritualmente nu (Boye, 2024, p. 106).

A passagem destaca que, ao mesmo tempo que parece que há algo muito grave acontecendo, como uma grande conspiração, nada, de fato, acontece: o encontro apenas parece revelar a grande e incontestável falta de liberdade que aflige a todos. O grande medo que o encontro parece denotar é a da certeza de que todos vivem num mundo de forte vigilância, e que aparentemente tudo que foge a esse rígido controle é passível de algo secreto, que possa pôr em perigo o *modus operandi* do Estado. Ainda que possa ser suspeito de qualquer atitude que invoque ações de outros tempos, como o aperto de mãos para se cumprimentarem, o trecho evidencia algo constante nas distopias: o medo de conspiração é justamente uma forma de aniquilar as liberdades individuais e um poderoso modo de controle das massas. Em nome desse “inimigo oculto” do Estado, o próprio estado pode agir com violência nas ações de controle dos corpos, pois é em nome desse “outro” que as ações truculentas e ditatoriais se justificam.

Em outro momento, outra cobaia, uma mulher, parece comentar sobre a mesma “organização”. Revela, sob o efeito da kallocaína, que “nós nos iniciamos, simplesmente. Acontece. Os outros notam isso, os que também são iniciados. [...] Nós nos tornamos iniciados, compreende, ou não nos tornamos; alguns jamais o conseguem” (Boye, 2024, p. 112). Em outro experimento, outra mulher diz:

Organização? Não buscamos organização alguma. O que é orgânico não precisa ser organizado. Vocês constroem de fora para dentro, nós construímos de dentro para fora. Vocês constroem utilizando a vocês mesmos como pedras, e acabam ruindo por dentro e por fora. Nós nos construímos desde dentro como árvores, e crescem pontes entre nós que não são de matéria morta ou força bruta. De nós emerge o vivo. Em vocês submerge o inanimado (Boye, 2024, p. 113).

A construção narrativa de Boye vai revelando um enredo que esboça esperança, ainda que nada ocorra de modo a configurar mudanças benéficas ou positivas nesse ambiente hostil, tampouco significativas. Leo Kall seguiu realizando experimentos para provar a capacidade potente de sua descoberta, mas a kallocaína não proporciona a ele o reconhecimento que tanto desejava: ela não é suficiente para confirmar suas suspeitas em relação à Linda, pois ela nada revela além do que ele já sabe; mesmo assim, ele não acredita. Embora tudo pareça estar constantemente desvelado, pois nada passa ileso pelo efeito da droga, o não dito seguirá sendo uma sensação constante, e a esperança de um mundo melhor seguirá existindo apenas na mente e nas emoções daqueles que pertencem a uma “organização”, ainda que não haja provas concretas dessa existência.

Os novos mundos possíveis estão nas mentes esperançosas dos que conhecem a organização, ou dos que escrevem. Leo Kall não consegue ser o mesmo quando se dá conta de um mundo que poderia existir além dos muros da opressão em que vive: “mal eu me obrigava a prestar atenção, pensamentos sobre Linda e Rissen e sobre o novo mundo que existia e avançava me faziam esquecer de tudo a minha volta” (Boye, 2024, p. 227).

Quando sobe até o terraço, Leo Kall só encontra silêncio:

Quando voltei à consciência de mim mesmo, estava sentado no muro do terraço e tremia, não de frio, pois a noite era morna, quase quente, mas de uma forte comoção de sentidos. O vento ainda soprava, embora mais suavemente, e vi que não nascia da escuridão dos espaços, mas de camadas de ar próximas da Terra. As estrelas ainda cintilavam da mesma forma, e lembrei-me de que suas pulsações de luz eram uma ilusão de óptica. Mas isso não significava nada. O que vi e ouvi poderia ter sido ilusão. No entanto tomara a forma de um outro universo, um universo interior - onde eu costumava encontrar uma carapaça seca e enrugada, que eu chamava de mim mesmo. Achei que havia roçado o abismo vivo pelo qual Rissen clamava e Linda sentira e vira. “Não sabe que aqui emerge a vida?”, dissera a mulher em meu sonho. Eu acreditava nela, e estava certo de que *tudo poderia acontecer* (Boye, 2024, p. 230).

Embora a liberdade o tivesse encontrado, “toda a atividade formigante, que exatamente neste momento se manifestava em mil salas de festas e conferências nos subterrâneos da Cidade Química n. 4, pareceu-me distante e irreal. Eu não pertencia àquilo. Eu estava decidido a criar um novo mundo” (BOYE, 2024, p. 230), Leo Kall não consegue realizar seu intento. O protagonista se torna refém de um grupo opositor do Estado, é preso e passa seus dias trabalhando para o inimigo. Mas pode escrever sua história e refletir sobre suas experiências, ainda que não saiba o que pode ter acontecido com a esposa e o seu chefe de controle. E segue acreditando que poderá fazer de sua vida a esperança de um mundo possível, talvez pela escrita do livro:

Mas me acontece muitas, quando me sento em minha maca com os olhos fechados e vejo as estrelas cintilarem, ouvindo o vento sussurrar como naquela noite, e eu não posso, não consigo extirpar do meu ser a ilusão de que eu ainda, apesar de tudo, estou prestes a criar um mundo novo (Boye, 2024, p. 237).

1984: a memória do que poderia ter sido

George Orwell (1903-1950) é o autor do romance “1984”, publicado em 1949, um período histórico de mudanças geopolíticas e sociais profundas. No entanto, admitidamente não vislumbrava a potência de seu texto (Bernardo, 2023), quer pelas suas previsões - que se confirmaram no todo ou em parte -, quer pelas visões e críticas a sistemas totalitários que foram implantados em diversos locais do mundo, e que até recentemente manifestam muitas das características descritas na trama.

Pelas datas, ele realmente não teve como acompanhar a repercussão de sua história, por ter falecido de tuberculose apenas sete meses após o lançamento do livro. A importância de sua história é atestada pelas inúmeras traduções feitas ao longo dos anos, com enfoque na atualização da terminologia da obra (algumas edições apresentam “Novilíngua” para Newspeak, enquanto outras optam por “Novifala”).

Pode-se considerar que, por ser muito famoso hoje em dia, o título certamente tenha entrado para a categoria dos “mais conhecidos e menos lidos”, justamente pela utilização frequente de trechos nas mídias sociais por membros de partidos alinhados à direita para criticar sistemas de esquerda, o que não condiz com o contexto de escrita da obra. O Modernismo inglês não possuía qualquer preocupação com o viés propagandista, diante de uma realidade totalmente desiludida, descrente da figura do homem, considerado “oco”, aludindo à terra inútil, devastada de T.S. Eliot, com duas grandes guerras aniquilando Londres, dizimando populações, e deixando os sobreviventes inválidos ou traumatizados.

Ao longo de 24 capítulos, sob o ponto de vista do personagem Winston Smith, acompanhamos o funcionamento desse sistema em que todos os cidadãos são observados por teletelas e veneram o “Grande Irmão”. A estrutura estatal é organizada por meio de ministérios que possuem nomes sugestivos (como o Ministério da Verdade, responsável pela imprensa e pelo entretenimento), e a língua desempenha um papel fundamental, a ponto de ser planejada a criação da Novafala/Novilíngua. Neste sentido, é importante observar como se dá o processo de aniquilamento de uma língua, pois, conforme o historiador inglês Ben Pimlott (1945-2004), “a linguagem é testemunho: ela contém camadas geológicas de eventos do passado e valores fora de moda. [...] Esse Esperanto ideológico é composto por palavras curtas e apocopadas [...], e que por fim torna impossível a construção de pensamentos heréticos” (Orwell, 2009, p. 359).

Smith divide com o leitor sua revolta com o sistema no ano de 1984 em Londres, no superestado chamado Oceânia (outrora Grã-Bretanha), sob um regime totalitário, que está quase sempre em conflito com outros dois superestados, Eurásia e Lestásia. Por trabalhar no Ministério da Verdade, a função de Smith é editar artigos do jornal *The Times*, para que as notícias sejam sempre manipuladas. Daí um paralelo importante com os dias de hoje: as notícias falsas, ou *fake news*, para garantir que uma narrativa paralela, e contrária à realidade, exista. Nos últimos tempos, o conceito de “liberdade”, principalmente o de “liberdade de expressão”, tem sido utilizado por inúmeros veículos políticos como guia para essa missão. No entanto, o que se vê no sistema de “1984” é justamente o lema “Liberdade é escravidão”.

Nesse sistema, o pensamento é controlado por meio do “duplipensamento”, ou:

a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao

exercício do duplipensamento, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada (Orwell, 2009, P. 232).

Junto com a língua, ganha destaque, neste contexto, o registro da memória por meio da escrita:

Voltou a perguntar-se para quem estaria escrevendo o diário. Para o futuro, para o passado — para uma época talvez imaginária. E diante dele estava o extermínio, não a morte. O diário seria reduzido a cinzas e ele próprio viraria vapor. Somente a Polícia das Ideias leria o que ele havia escrito, antes de suprimirem tudo da existência e da memória. Como era possível fazer um apelo ao futuro, quando nem um rastro seu, nem mesmo uma palavra anônima rabiscada num pedaço de papel, tinha condições de sobreviver fisicamente? (Orwell, 2009, p. 33).

Nos estudos da linguística textual, por exemplo, alguns acadêmicos comumente mencionam que o diário, por ser em primeira pessoa e se tratar da representação de pensamentos, sentimentos e opiniões de caráter mais íntimo, seria um gênero cujo leitor-alvo nem sempre está explícito, ou se mostra de difícil determinação, por depender da autorização (ou não) de leitura por parte do autor do diário. Além disso, é interessante notar que, em comparação com “Kallocaína”, tem-se aqui o narrador em terceira pessoa, provavelmente como uma forma de distanciamento.

Como o contexto do romance é um regime totalitário, em que qualquer pedaço de papel com um mero número é incinerado, chama a atenção o nome sugestivo dado ao local de destruição desses papéis, os chamados “buracos da memória”:

Por algum motivo, tinham recebido o apelido de buracos da memória. Quando a pessoa sabia que determinado documento precisava ser destruído, ou mesmo quando topava com um pedaço qualquer de papel usado, levantava automaticamente a tampa do buraco da memória mais próximo e o jogava ali dentro, e então o papel ia torvelinhando numa corrente de ar quente até cair numa das fornalhas descomunais que permaneciam ocultas nos recessos do edifício (Orwell, 2009, p. 44).

Isso remete ao papel utilizado por Julia para enviar a mensagem a Winston, o que viria a desencadear, posteriormente, grande parte da rebelião conjunta dos dois. A decisão subversiva (por saber das consequências desse ato criminoso) de escrever suas ideias em um caderno, que viraria então um diário, chama o leitor para a reflexão sobre muitos temas: o (des)controle de nossas visões, emoções e reações, o jogo dos tempos verbais (e as consequências de usar um ou outro modo de dizer e/ou narrar acontecimentos ou situações). Além disso, o que se percebe é a relação com o próprio tempo verbal desse tipo de escrita: no diário, na maioria das vezes os verbos aparecerão na conjugação de passado, pois escrevemos uma memória de algo que lembramos e que gostaríamos de manter registrado. A ideia de passado terá reflexos importantes no próprio processo de escrita de Winston e na própria sensação de progressão da narrativa em si:

“Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória. “Controle da realidade”, era a designação adotada. Em Novafala: “duplipensamento”. [...] Esquecer tudo o que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema: e, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si (Orwell, 2009, p. 41).

Quando pensamos que o romance, em resumo, trata-se de uma “guerra contra a memória” (Orwell, 2009, p. 358), conforme colocado por Ben Pimlott (1989) no posfácio à edição ora utilizada, isso não é um comentário exagerado. Vejamos no diálogo a seguir em que O’Brien, já no processo de tortura de Winston, comenta sobre o possível problema relacionado à memória:

“Estou perdendo algum tempo com você, Winston”, disse, “porque é um caso que vale a pena. Você sabe muito bem qual é o seu problema. Faz anos que está a par dele, embora venha tentando negá-lo. Você é mentalmente desequilibrado. Tem problemas de memória. Não consegue se lembrar de acontecimentos reais e convence a si mesmo de que se recorda de coisas que nunca aconteceram (Orwell, 2009, p. 265).

Voltando ao início do romance, Winston já havia mencionado em um tom um tanto confessional que “O passado, refletiu ele, não fora simplesmente alterado; na verdade fora destruído. Pois como fazer para verificar o mais óbvio dos fatos, quando o único registro de sua veracidade estava em sua memória?” (Orwell, 2009, p. 42). O romance apresenta esse jogo angustiante e perverso, que deixa o leitor de certo modo também em uma paranoia, de não estar seguro sobre a plausibilidade do que está sendo narrado não apenas naquele mundo ficcional, mas também possivelmente extrapolando para outros conceitos mais palpáveis da nossa própria realidade. O diálogo a seguir desenvolve esse questionamento de um modo assombroso neste sentido:

“Então onde o passado existe, se de fato existe?”

“Nos documentos. Está registrado.”

“Nos documentos. E...?”

“Na mente. Na memória humana.”

“Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os documentos e todas as lembranças. Portanto, controlamos o passado, não é mesmo?”

“Mas como vocês podem impedir que as pessoas se lembrem das coisas?”, gritou Winston, tornando a se esquecer momentaneamente do mostrador. (Orwell, 2009, p. 268).

Esse conflito aparece o tempo todo no romance, e demonstra como se dá essa consciência da incapacidade de se manter são, ou mentalmente ciente do que é passado e do que não é, do que aconteceu e do que não aconteceu, em uma manipulação efetiva e contínua. Aqui percebe-se que o

personagem começa a ficar cada vez mais perdido e desesperado (conforme evidenciado na cena) em suas tentativas inócuas de manter sua identidade, sua autonomia, seu poder de pensamento.

O título desta seção é a “memória do que poderia ter sido”, e quando observamos a estrutura do romance, percebemos que sua construção se dá pela representação das memórias de Smith no diário, mas nada daquilo que ele planeja com Julia (na chamada Confraria) ou inconscientemente deseja (como “abaixo o Grande Irmão”), por exemplo, acontecerá – no final, haverá a traição, ele será preso e como punição terá sua revolta transformada em adoração ao “Grande Irmão”. E é precisamente esse tom pessimista que caracteriza grande parte das distopias, afinal, por mais que haja o desejo e a ação momentânea de rebelião, ela não se concretizará efetivamente.

O desalento de Smith ao tentar jurar que sua memória não é falha nos faz pensar também sobre a própria relação hoje do mundo com a memória e o passado. A área de História, assim como outras que fazem parte das ditas “Humanidades”, sofre uma crise sem precedentes, por não parecer uma opção de carreira atrativa. Diante da percepção que algumas culturas têm (e às vezes mais do que outras) sobre a importância da própria preservação da memória, seja por dar valor à manutenção de museus e bibliotecas, seja por políticas de conservação de edificações ou outros monumentos, podemos pensar aqui no próprio movimento de destruição, como forma de protesto, de estátuas de figuras polêmicas da história em diversos lugares do mundo. No entanto, a história do que aconteceu, de fato, está na memória dos envolvidos. Temos no romance que o regime define sua visão de passado da seguinte maneira:

Afirma-se que os fatos passados não têm existência objetiva e que sobrevivem apenas em registros escritos e nas memórias humanas. O passado é tudo aquilo a respeito do que há coincidência entre registros e memórias. Considerando que o Partido mantém absoluto controle sobre todos os registros e sobre todas as mentes de seus membros, decorre que o passado é tudo aquilo que o Partido decide que ele seja. Decorre ainda que, embora seja possível alterar o passado, o passado jamais foi alterado em nenhuma instância específica. [...] Veremos que o controle do passado depende acima de tudo do treinamento da memória (Orwell, 2009, p. 231).

Logo, isso nos ajuda também a pensar na própria literatura, no seu processo de periodização e historicização e na salvaguarda e no acesso a manuscritos. Regimes políticos recentes que demonstram aversão à preservação do patrimônio cultural e histórico de seus antepassados, por exemplo, servem de alerta ao que esse tipo de prática pode representar para as gerações presentes e futuras. Nossa preocupação é evitar o que acontece no romance, quando Smith, confrontado com as formas diretas de manipulação do discurso vindas de O’Brien, usa a analogia com o fogo, as cinzas e o pó:

“Cinzas”, disse. “Nem mesmo cinzas identificáveis. Pó. Ela não existe. Nunca existiu.”
“Mas existiu! Ainda existe! Existe na memória. Eu me lembro. Você se lembra.”
“Eu não me lembro”, disse O’Brien. (Orwell, 2009, p. 267).

Considerações finais

Juremir Machado da Silva começa sua crônica intitulada “Orwell” publicada no jornal *Correio do Povo* de 23 de janeiro de 2020, um pouco antes do início da pandemia de Covid-19 no mundo, com a seguinte sentença:

Quando um secretário nacional da Cultura plagia o braço direito de Hitler para defender uma “arte heroica e nacionalista” e um procurador do Ministério Público Federal indiciava um jornalista, sem investigação, por ter cumprido o seu papel de divulgar informações de alta relevância sobre os bastidores do poder, eu penso em dois escritores gigantes: Aldous Huxley e George Orwell (Silva, 2020, p. 2).

Outros exemplos existem, mas é preciso desconfiar muito de quem abomina a cultura, o passado e a memória.

As representações que as distopias constroem se configuram como memórias do que poderia ter sido. Tanto **Kallocaína** quanto **1984** apresentam discursos que ressignificam memórias de um passado que tão bem poderiam ter acontecido, em que pessoas e máquinas são constantemente colocados à prova de o que é automatizado e o que sobrevive de humano. Dessa forma, as distopias têm sido, na contemporaneidade, uma forma de esperar o futuro que cada vez se apresenta mais apocalíptico.

A vida social contemporânea tem, cada vez mais, explorado uma realidade que assusta pela violência dos corpos, dos sistemas e dos contextos. Talvez, mais que entender o que o nosso mundo produz, seja importante refletir sobre o que o mundo necessita. Talvez, a esperança seja o sentimento que todos devemos *performar*, uma vez que a representação dos papéis sociais a serviço do poder, do dinheiro e da política ainda é insuficiente para uma compreensão global do que seja o humano e suas atuações políticas.

Em 1940, **Kallocaína** apresenta um final comum às distopias, no que se refere à mudança de cenário do protagonista, mas não do sentimento de desamparo. Ainda que Leo Kall seja prisioneiro na cidade “oposta” à que vivia, o sentimento de aprisionamento segue constante ao que sentia anteriormente; na verdade, ele se sente levemente mais tranquilo na liberdade vigiada que ganha como prisioneiro do que no modo de vida que tinha, com a sensação de possível traição da mulher lhe rondando constantemente. De certa forma, sua vida torna-se mais digna quando prisioneiro de um lado oposto, pois ali pode ser e se considerar o subversivo que temia que lhe considerassem na sociedade em que servia.

Já em 1949, **1984** amplia o cenário de aprisionamento do sujeito, sendo ele mesmo o prisioneiro de sua própria sociedade civil, de seus sonhos e de suas relações. Ainda que Julia represente a liberdade para Smith, O’Brien é o que representa a ordem e a crença pelo que não existe, mas cujo fantasma deve povoar a sensação de pertencer à pátria falida, violenta e que aprisiona, pois

é impossível libertar-se dela. Não há qualquer liberdade na trama, tampouco esperança de um mundo melhor, pois tudo é o que é, e nada foge à constante vigilância do Grande Irmão, ainda que esse aprisionamento todo seja em parte ilusório e metafórico.

Mas o que é ler ambas as obras em pleno século XXI? O que faz a leitura de distopias serem significativas em nosso meio, ainda que a sociedade já não conte mais, pelo menos formalmente, com essas limitações ditatoriais? As memórias, bem como as distopias, representam discursos ressignificantes. Ainda que **1984** seja mergulhado no desespero da impossibilidade de uma nova realidade, pois ela nunca existirá, **Kallocaína** subverte essa ordem e apresenta um caminho esperançoso: se em **1984** Julia sabe que é da natureza de Smith a denúncia, porque é da natureza dela também, e é isso que mais decepciona Smith, pois não é realmente em quem se possa confiar, em **Kallocaína** apenas a crença da mulher que é interrogada por Leo Kall em um mundo melhor já é suficiente para que ele também acredite nessa utopia, desejando que sua esposa, Linda, pudesse conhecer essa mulher e vislumbrar talvez uma possibilidade.

Ainda, Linda, quando sabe do poder de gerar filhos e de ser mãe, também entende o controle que seu corpo tem como subversão daquela sociedade e *modus operandi*, pelo menos nos poucos anos que os filhos ficam em seu poder. Nesses discursos “esperançosos” de Linda e da mulher cobaia, sob efeito da droga de Leo, há uma transgressão de uma compreensão de mundo que interfere na narrativa, pois é desse entendimento que se evidencia uma voz, neste caso, feminina, que pode até não derrubar o muro, mas abre uma fenda no significado do discurso ditatorial da obra. Se as ditaduras são, em essência, discursos de poder, qualquer pequena narrativa que ouse confrontar essa ordem já a estaria confrontando, pois não se pode dizer unânime. Talvez seja justamente por se tratar de uma escrita de uma mulher que essa sutil significância tome ainda mais sentido e valor.

Por fim, apesar de acreditar na possibilidade de conhecimento da obra de Boye por Orwell, Janer Cristaldo defende que essa leitura “poderia também simplesmente não ter ocorrido, pois os dedos sensíveis de Orwell e Boye estavam apenas captando as chispas de uma tempestade que se aproximava” (Cristaldo, 2024, p. 259). Entender que o espírito de época proporia inevitavelmente a escrita de romances distópicos é reforçar a crença de que a escrita literária segue dando conta do que o mundo ainda não consegue de todo elaborar. Como disse Barthes: «a escritura, o que é? Uma potência, fruto provável de uma longa iniciação, que desfaz a imobilidade estéril do imaginário amoroso e dá à sua aventura uma generalidade simbólica» (Barthes, 2004, p. 382).

Referências

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2003.

BARTHES, Roland. “Malogramos sempre ao falar do que amamos”. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERNARDO, André. BBC News Brasil, 25/06/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n405de6lno> Acesso em: 16 ago. 2024.

BOYE, Katrin. **Kallocaína**. Traduzido por: Janer Cristaldo. São Paulo: Editora Aleph, 2024.

CHAUVIN, Jean Pierre. Notas sobre a distopia literária moderna. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 140, p. 25–38, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i140p25-38. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/223213..> Acesso em: 12 ago. 2024.

CRISTALDO, Janer. *Kallocaína*, uma provável fonte de 1984. In: BOYE, Karin. **Kallocaína**. Traduzido por Janer Cristaldo. São Paulo: Editora Aleph, 2024.

EDITORA ALEPH. Disponível em: <https://orbita.editoraaleph.com.br/kallocaína/#>. Acesso em: 05. ago. 2024.

ORWELL, George. **1984**. Traduzido por Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Juremir Machado. Orwell. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 de janeiro de 2020. p. 2.